



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 23

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2013

Handwritten signature and text:
A. J. -
Presidente Municipal

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (32 Membros):

Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Fernando de Carvalho Andrade
Dr.ª. Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiúza
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Dra. Vanda Patrícia Oliveira Mota
Amílcar Anjos Martins
Dra. Inês Marques de Sousa Ramos
Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca
Dra. Cláudia Sofia Pereira Antunes
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Dr. João Nuno Fonseca Borges de Brito (Secretário J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gamboa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature: José Augusto Neves

Francisco Pais (Presidente J. F. de Tábua)

Vitor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (4):

Dr.^a Ana Sofia Abreu Rodrigues

Nuno Manuel Pinto Fonseca

Eng.^o Sérgio Carlos Coelho Fontes

José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)

VEREADORES PRESENTES:

Dr.^a Ana Paula dos Santos Faria Neves

Dr. Ricardo Manuel de Oliveira da Silva Cruz

VEREADORES AUSENTES:

Eng.^a Soraia Santos Figueiredo

Dr.^a Carla Sofia Silva Martins

Dr. Jorge Manuel Cova Veigas

Serafim Duarte Lopes Martins

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Sr. Mário de Almeida Loureiro.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente em Exercício da Assembleia, declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2013;

No início deste ponto, foi posta à discussão a Acta da Sessão Ordinária, de 22 de Abril de 2013, sendo pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página quatro, linha treze (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) Voto de pesar pelo falecimento de um membro da Comissão Concelhia do PCP que faleceu, Sr. António Fonseca Lopes.(...)", **passa a constar**, "(...) Voto de pesar pelo falecimento de um membro da Comissão Concelhia do PC, Sr. António Fonseca Lopes. (...)". Propôs, ainda, a alteração da página cinco, linha oito (a contar do



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and date: 26 de Junho 2013

início da página), **onde se lê** "(...) pelo que a efeméride deve ser sempre recordada. (...)”, **passa a constar**, "(...)pelo que a efeméride deve ser sempre recordada, embora presentemente o faça desiludir face ao desvinculamento dos ideais da revolução. (...)”. A terminar, propôs a alteração da pág. dez, linha vinte (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) iremos abster-nos na aprovação deste ponto. (...)”, **passa a constar**, "(...) iremos abster-nos na aprovação deste ponto, porque o executivo atual está em exercício há menos de um ano (...)”.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, fez uma Declaração de Voto Contra a Acta em Análise, que se transcreve na íntegra: “A acta é um instrumento jurídico e deve ser sintética, redigida com técnica, exatidão clareza e correção de linguagem. Não podemos utilizar uma técnica hoje e na próxima reunião utilizar outra metodologia. A acta n.º 22 da Sessão Ordinária de 22 de Abril de 2013, diz na sua página 4 e 5 (início, linha 4 a contar do fim de página) o seguinte: (...) *Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Líder do Grupo municipal da coligação PPD-PSD/CDS-PP, e no uso dela, abordou seis temas, nomeadamente no que respeita ao Mais Centro e ao Programa Valorizar, à Instalação de empresas no Parque Industrial de Tábua, à monitorização dos parâmetros de qualidade dos efluentes provenientes das diferentes ETAREs, à adesão dos Presidentes de Junta ao 3.º Encontro Nacional de Freguesias, à situação da providencia cautelar, terminando com um agradecimento/homenagem aos fornecedores do município, no âmbito da construção do Centro Cultural, conforme documento entregue por escrito, o qual foi presente à mesa, devidamente datado e assinado, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento que se dá como reproduzido (documento n.º 1), nomeadamente as páginas n.º 2,3 e 4 (...).* A acta n.º 22 não reproduz a minha intervenção, nem tão pouco o faz de forma sintética. Não se conhece o sentido da minha intervenção, sobre cada ponto referido na acta, e muito menos conhecemos as perguntas que foram formuladas nesta assembleia, contudo, as respostas às minhas perguntas estão plasmadas de forma detalhada no momento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal (*vide* início da intervenção, pág. 6, linha 6 a contar do início de página). A mesma metodologia foi adoptada na página 10 da referida acta, linha 3 a linha 6 a contar do início de página. Assim, entendo que a acta n.º 22 carece de rigor e mostra ausência de formalidades essenciais.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que se o documento ficou a fazer parte da ata e se dá como reproduzido, significa que está juntamente com a ata, pelo que não é necessário fazer a transcrição do mesmo.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, frisou que quando chegou a esta Assembleia, reparo que as atas não estavam a ser efetuadas da melhor forma, mas que ao longo do tempo melhoraram, referindo



Handwritten signature and notes:
Fernando Andrade
Borges

que as gravações ajudaram, mas entende que quando um documento é discutido deve fazer parte integrante da ata, através da transcrição integral do mesmo.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que pela sua experiência, todos os documentos que faziam parte integrante da ata, eram distribuídos pelos membros juntamente com a ata.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 22 de Abril de 2013 e, da contagem dos votos dos trinta e dois membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: UMA;

APROVADA POR MAIORIA, a Acta da Sessão Ordinária realizada em 22 de Abril de 2013.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIÇÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Foi apresentada justificação de falta dada à presente Sessão Ordinária pelos Membros Sr. Nuno Manuel Pinto Fonseca e Dra. Ana Sofia Abreu Rodrigues, as quais foram consideradas justificadas.

Foi ainda comunicado à Assembleia a substituição, na presente sessão, da Presidente de Junta de Freguesia de Covas, que por motivos de saúde não pôde estar presente, pelo Dr. João Nuno Fonseca Borges de Brito, membro executivo da Junta de Freguesia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, e no uso dela, começou por felicitar Francisco Pais pela sua designação como Presidente da Junta de freguesia de Tábua, agradecendo ao anterior presidente, António Oliveira, pelos serviços prestados, não só como autarca, mas também como comandante dos Bombeiros Voluntários de Tábua e como responsável pela Proteção Civil, aproveitando para o felicitar pela sua nomeação como 2º Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional da Proteção Civil. Solicitou, ainda, um balanço das atividades do Centro Cultural, bem como esclarecimentos acerca dos subsídios de férias dos trabalhadores da autarquia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and text:
João Canotilho
Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: “ Como preâmbulo da minha intervenção quero lembrar ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tábua de que não respondeu ao meu requerimento que solicitava cópia dos boletins de análise periódica do efluente da ETAR compacta da Zona Industrial de Sinde/Tábua e cópia da declaração de autorização, por parte do ministério do Ambiente, para verter o efluente para a Ribeira de S. Simão. Agradeço uma justificação e aguardo resposta formal. Muito sinteticamente vou referir 4 pontos que julgo pertinentes e que em detalhe apresento: Ponto I – O orçamento é o plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício e tem como objetivo identificar as componentes do planeamento financeiro com a utilização de um sistema orçamental, entendido como um plano abrangendo todo o conjunto das operações anuais de uma entidade através da formalização do desempenho dessas funções administrativas gerais. O orçamento da câmara municipal de Tábua de 2013 estabeleceu objetivos e metas para um período determinado materializados no plano financeiro, isto é, contendo valores em moeda, para o devido acompanhamento e avaliação da gestão. A pergunta é: Sr. Presidente da Câmara, a três meses do fim do mandato, não pensa apresentar um orçamento retificativo dado que dificilmente consegue arrecadar as receitas previstas (veja-se o grau de execução da receita de 53,253% até 17-06-2013, por exemplo?). As obras que constam das grandes opções do plano para 2013, já foram executadas ou tem algum plano estratégico adicional com uma velocidade de ponta estonteante? Ponto II – Sr. Presidente, tenho vindo a recolher elementos, ao longo destes últimos três meses, sobre os diferentes eventos que a Câmara Municipal de Tábua patrocina e organiza. É verdadeiramente notório um frenesim e Tábua é já conhecida como tendo-se rendido ao Zumba, como bem noticiou um jornal regional. As iniciativas sobrepõem-se e já não há calendário disponível para tanta oferta, o que torna o panorama cultural caricato. Bem sei que as obras estruturantes não se sobrepõem porque o parque de máquinas é escasso e o concelho mostra uma área total de 199,8 km², sinal que as primeiras iniciativas prevalecem sobre o conjunto das segundas. Como resultado desta análise, proponho muito sinceramente que a Câmara Municipal de Tábua crie a empresa municipal de eventos e lazer e liberte os senhores vereadores para funções mais diferenciadoras. Ponto III – Deixo a pergunta, qual o orçamento para a FACIT 2013 que vai decorrer de 26 a 30 de Junho de 2013, no Pavilhão Multiusos e zona envolvente? Não acredito que o orçamento seja o mesmo do ano passado, como foi noticiado pelos órgãos de comunicação social, pois este ano, com a internacionalização da FACIT 2013 e os convites a embaixadas e câmara de comércio e indústria e a visita de delegações de Angola, Moçambique, Brasil, cabo-Verde, Marrocos, Timor-Leste e Macau, com o claro objetivo de incrementar as exportações dos nossos expositores, os valores serão, com certeza, uma estimativa baixa. Contudo, é de manter a ambição. Ponto IV, último e conciso – Da consulta e análise de varias



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and notes:
Análise
Paulo

fontes de dados, resultou para mim a necessidade de trazer a este órgão alguns indicadores que merecem a nossa preocupação e como tal a premência da sua invocação. Começo:

**a) Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
Total (em dezembro de 2012)**

Indicador (N.º de Indivíduos)

- Arganil: **2010** - 501; **2011** - 543; **2012** - 579;
- Carregal do Sal: **2010** - 353; **2011** - 486; **2012** - 522;
- Santa Comba Dão: **2010** - 402; **2011** - 466; **2012** - 550;
- Tábua: **2010** - 492; **2011** - 545; **2012** - 778.

(Fonte de dados Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)/Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) - última atualização 22.02.2013)

Note: Tábua lidera o desemprego quando comparada com os três concelhos vizinhos, o que mostra que a estratégia política assumida não é validada por este fortíssimo indicador.

**b) Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção
da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)**

- Arganil: **2012** - 4,7;
- Carregal do Sal: **2012** - 7,1;
- Santa Comba Dão: **2012** - 3,2;
- Tábua: **2012** - 4,7.

(Fonte de dados: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) - última atualização 17.06.2013)

Note: Tábua mostra o segundo valor mais elevado e um aumento da percentagem dos beneficiários, ao contrário dos concelhos vizinhos, o que se traduz em cerca de 480 cidadãos com RSI.

c) Crimes registados pelas polícias por mil habitantes (Crimes registados pela ASAE, PSP, Direcção-Geral de impostos, Direcção-Geral das alfândegas, inspeção de jogos, SEF, polícia judiciária, polícia marítima, GNR, Polícia Judiciária Militar)

(Rácio {(crimes registados pela polícia no ano civil/população média anual residente) x 1000})

- Arganil: **2010** - 29,8; **2011** - 23,0;
- Carregal do Sal: **2010** - 30,6; **2011** - 31,3;
- Santa Comba Dão: **2010** - 29,3; **2011** - 26,9;
- Tábua: **2010** - 27,6; **2011** - 29,8.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and date: 27.06.2013

(Fonte de dados: Direção Geral da polícia Judiciária (DGPJ) / Ministério da Justiça (MJ) – última atualização, 18.06.2013)

Note: Tábua mostra o segundo valor mais elevado e um aumento da percentagem de crimes conjuntamente com Carregal do Sal, o que se traduz em cerca de 358 crimes praticados em 2011. Não temos dados de 2012, para já.

d) População servida por estações de tratamento de água residuais (ETAR) (%)

(População - %)

- Arganil: 2008 – 91; 2009 – 92;
- Carregal do Sal: 2008 – 95; 2009 – 97;
- Santa Comba Dão: 2008 – 90; 2009 – 86;
- Tábua: 2008 – 54; 2009 – 58.

(Fonte de dados: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR) – última atualização, 27.03.2012.)

Note: Tábua mostra um valor de 58% da população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), muito distantes dos valores dos concelhos vizinho o que nos obriga a questionar a qualidade das opções políticas tomadas por este município, neste domínio.

e) Centros de Saúde: consultas médicas por habitante

(Rácio – consultas no ano civil / população média anual residente)

- Arganil: 2011 – 3,3;
- Carregal do Sal: 2011 – 3,6;
- Santa Comba Dão: 2011 – 3,8;
- Tábua: 2011 – 3,9.

(Fonte de dados: INE – Direção Geral de Saúde / Ministério da Saúde, Inquérito aos Centros de Saúde – última atualização, 18.06.2013)

Note: Tábua mostra um valor de 3,9 consultas médicas por habitante o que pode traduzir uma de duas realidades: o concelho com resposta médica mais disponível ou o concelho mais doente, relativamente aos comparadores.

f) Despesa corrente das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural

1. Despesa Total

(Euro – milhares)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Presidente Assessor
Real*

- Arganil: **2011** – 507,5;
- Carregal do Sal: **2011** – 512,2;
- Santa Comba Dão: **2011** – 404,9;
- Tábua: **2011** – 669,0.

(Fonte de dados: INE – Inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

Nota: Tábua mostra valores muito elevados, relativamente aos demais ou Tábua promove e organiza atividades culturais e desportivas marcadamente singulares, justificando o incremento de despesas, ou não encontro outra razão que não seja a intensidade das iniciativas que concorrem para uma “agitação coletiva” cuja expressão máxima se resume a um “melting pot”.

1.1 Despesa: Património Cultural

(Euro – milhares)

- Arganil: **2011** – 42,1;
- Carregal do Sal: **2011** – 34,6;
- Santa Comba Dão: **2011** – 0;
- Tábua: **2011** – 0.

(Fonte de dados: INE – Inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

Comente, Sr. Presidente, se achar conveniente.

1.2 Despesa: Publicações e Literatura

(Euro – milhares)

- Arganil: **2011** – 205,5;
- Carregal do Sal: **2011** – 80,6;
- Santa Comba Dão: **2011** – 112,1;
- Tábua: **2011** – 179,9.

(Fonte de dados: INE – Inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

1.3 Despesa: Música

(Euro – milhares)

A despesa em Música, em 2011, foi generosa, aguardamos pelos dados comparativos de 2012 e 2013.



Handwritten signature and text:
José Oliveira
Presidente

1.4 Despesa: Atividades socioculturais

(Euro – milhares)

- Arganil: **2011** – 66,5;
- Carregal do Sal: **2011** – 61,0;
- Santa Comba Dão: **2011** – 31,0;
- Tábua: **2011** – 0.

(Fonte de dados: INE – inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

1.5 Despesa: Recintos culturais

(Euro – milhares)

- Arganil: **2011** – 0;
- Carregal do Sal: **2011** – 0;
- Santa Comba Dão: **2011** – 61,8;
- Tábua: **2011** – 0.

(Fonte de dados: INE – inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

Sr. Presidente o que aconteceu aos recintos culturais em 2011, desapareceram! O valor de despesa de 2010 é significativo, são 286,7 mil euros?

1.6 Despesa: Jogos e desportos

(Euro – milhares)

- Arganil: **2011** – 112,1;
- Carregal do Sal: **2011** – 310,6;
- Santa Comba Dão: **2011** – 146,9;
- Tábua: **2011** – 446,6.

(Fonte de dados: INE – inquérito ao Financiamento Público das Atividades – última atualização, 17.05.2013)

Um breve comentário: Tábua pode assumir-se como a capital dos jogos e desportos, em despesa. Gostava de analisar os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade certificado da Câmara Municipal de Tábua. Senhor Presidente da Assembleia terminou neste ponto a minha intervenção.”

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que nunca foi tao fácil governar Portugal, com a Troika a comandar os destinos e os maiores partidos políticos a obedecer, frisando ainda a situação brasileira, salientando que a democracia está em risco. Neste contexto, felicitou o Sr. Presidente da Assembleia pela forma



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and notes:
Oliveira (circled)
Rosário

democrática como dirige esta Assembleia Municipal. Fez, ainda, referência aos números do desemprego, que o assustam, pois os trabalhadores é que pagam a fatura, salientando que a CDU apoia a greve geral do próximo dia 27 de junho, contra a política de direita que *“passa por cima de tudo e de toda a gente”*.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, começou por louvar a paciência do Sr. Presidente da Assembleia para os Comícios políticos, salientando que *“este púlpito deve servir os interesses de Tábua”*. Realçou que continua triste pelo estado em que se encontra a rede viária da Freguesia de Mouronho, ressaltando que em Assembleias passadas já havia chamado a atenção para esta situação. Frisou que o Sr. Presidente da Câmara disse que aquando a vinda do bom tempo se começariam a arranjar as vias, mas que em Mouronho tal ainda não aconteceu, salientando que este problema deve ser encarado seriamente pela Câmara Municipal, pois há pessoas que, qualquer dia, não conseguirão chegar a suas casas.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, solicitou a defesa da honra, pois o assunto que abordou na sua intervenção anterior está relacionado com todo o país, logo também com o Concelho de Tábua.

Dada a palavra à Dra. Maria do Rosário Fonseca, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, começando por saudar o Sr. Presidente da Assembleia pela forma como conduz os trabalhos. Frisou que com o aproximar do período eleitoral autárquico e o esforço para conseguir uma vitória, espera que não provoque hostilidades e tudo se processe dentro do respeito pelas regras democráticas. Colocou, ainda, algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente *“a reorganização que vem referida na ata de reunião de câmara entregue na documentação, faz referência a alterações da circulação de trânsito nas ruas envolventes do mercado, gostaria de saber qual é o efeito pretendido”, “Gostaria de saber o que foi efetuado pelo executivo camarário para promover o interesse pela instalação de novas empresas no concelho”, já que o concelho depende de uma “mono-empresa”. E solicitou ainda esclarecimento, quanto ao projeto das Aldeias do Xisto em Alvoeira, que não foi aprovado. Qual o motivo?*

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que *“tem sido um privilégio para mim trabalhar nesta casa, falou-se em democracia no 25 de Abril, mas as palavras têm que ter sentido e muitas vezes isso não acontece.”* Salientou que foi eleito em 2005 para um mandato na Junta de Freguesia e *“pela disponibilidade que tinha achei que seria o elo de ligação de Mouronho ao Município, independentemente de quem fosse eleito, infelizmente enganei-me, pois nunca pensei que alguém pudesse destruir o que cada um de nós pode fazer pela causa pública. Por tudo isto, em 2005 o antigo Presidente da Câmara falava num projeto de saneamento para os Pousadouros e só não avançou com ele nessa data porque faltava o projeto das águas, o tempo decorreu (8*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and notes:
S. J. Fiúza
26/06/2013

anos) e nunca avançaram com a obra". Frisou, ainda, que o atual executivo tem tido outra postura, agradecendo a disponibilidade que têm demonstrado, salientando que a solidariedade é fundamental, quer em relação ao executivo, quer em relação aos Presidentes de Junta, frisando que seria importante haver equidade, independentemente dos partidos. Terminou pedindo desculpa à população de Mouronho pelo que não correu tão bem.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, logo após os cumprimentos iniciais, solicitou a intervenção da Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dra. Ana Paula Neves, para prestar esclarecimentos, o que lhe foi concedido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, n.º 3, do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu, no que respeita à cultura, designadamente aos eventos realizados no Centro Cultural, que noutros tempos os executivos foram acusados de não se fazer nada, agora estão no polo oposto, o que a surpreende, pois durante vinte e sete anos se preocupou com a Cultura e preocupa-se com a atitude com que se fala. Frisou que Tábua tem ganho com as infraestruturas construídas ao longo dos anos, desde a Biblioteca Municipal, ao Centro Cultural, possibilitando a vinda de vários espetáculos, alargando as fronteiras culturais dos tabuenses. Frisou que em Fevereiro de 2012, devido à candidatura ao QREN, foi necessário apresentar uma agenda cultural, de modo a justificar o retorno daquela infraestutura, e que tem que ser honrada, pelo que coincide com algumas atividades já previstas no Plano de Atividades da autarquia, salientando que na maioria das vezes o público-alvo é diferente.

Dada novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, ao Sr. João Fiúza esclareceu que, no que concerne à situação financeira e PAEL, "(...) a câmara obteve o visto do tribunal de contas a 27 de Março, entretanto foram disponibilizados 70% do PAEL em 28 de Abril, neste momento temos cerca de um milhão de euros para receber, temos alguns pagamentos que não foram efetuados porque as empresas não apresentam os seus documentos da segurança social e da situação fiscal para regularizar as situações, estando a verba cativa para esses fins. De qualquer modo queria acrescentar que, e reportando-me à intervenção do Dr. João Canotilho na última Assembleia Municipal que afirmou que a dívida não se alterava, segundo dados da DGAL que foram publicados na última segunda-feira, relativamente ao 1º trimestre de 2013, o Município de Tabua baixou em cerca de quatrocentos mil euros o seu endividamento, portanto mantenho o que sempre disse, estamos no bom caminho, ou seja, em três meses passou de cento a trinta mil euros por mês a redução, isto sem verbas do PAEL e do Saneamento Financeiro." No que respeita ao subsídio de férias do pessoal, esclareceu que teve muitas dúvidas, se deveria ou não processar-se o respetivo pagamento, mas que, contudo, feita uma análise do assunto com muitos colegas, após vários esclarecimentos e atendendo a que o orçamento de estado apenas



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

suspendeu o pagamento, e uma vez que essa norma foi declarada inconstitucional, á que respeitar a lei geral em vigor, da qual resulta que o subsidio de férias é pago em junho, pelo que se decidiu processar o pagamento, tal como a quase totalidade das autarquias.

Ao Sr. Dr. João Canotilho esclareceu que, logo que lhe for solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a informação acerca da ETAR da Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua, a mesma ser-lhe-á remetida. Quanto ao orçamento rectificativo, salientou que "(...) o Sr Dr. se adiantou, pois será hoje mesmo presente nesta reunião da Assembleia Municipal uma proposta para ser votada para retificação ao orçamento de 2013, no sentido de aumentar a receita e não de a reduzir como sugeriu. Em relação às obras, frisou que não há qualquer intenção de efetuar obras a "velocidade estonteante" ou cometer loucuras, o executivo cumpre a Lei dos Compromissos, estando os Sr.s Presidentes de Junta já devidamente esclarecidos. No que respeita aos eventos, frisou que "ainda bem que são muitos, uns não prejudicam os outros, e quanto ao Zumba, nós apenas cedemos o Pavilhão Multiusos, mas se acha que cedê-lo gratuitamente a alguém que trabalha, que se esforça e que dinamiza uma atividade neste concelho é crime, então se algum dia for presidente de câmara, terá oportunidade de cometer muitos crimes". Acrescentou ainda que a proposta da criação de uma empresa de eventos só pode ser feita com ironia, uma vez que, como todos sabemos, o Governo está a extinguir a quase totalidade das empresas municipais, decisão com a qual afirmou concordar. Em relação ao orçamento para a FACIT, frisou que o mesmo será cumprido. Quanto ao desemprego esclareceu que o número de desempregados felizmente não é motivado pelo encerramento de empresas de Tábua, mas sim por empresas sediadas fora do concelho, a nível nacional, onde tabuenses trabalhavam e viram os seus postos de trabalho extintos. No que concerne à saúde, esclareceu que "(...) provavelmente temos uma equipa de saúde mais ativa no concelho de Tábua e que consegue motivar as pessoas para se cuidarem melhor o que implica mais consultas no Centro de Saúde". Em relação ao Património Cultural, "(...) nós não descuidamos o património, se gastamos de mais é porque gastamos de mais, se gastamos de menos, é porque gastamos de menos.

Quanto às restantes informações, frisou que "(...) gostaria de saber o que é que o Sr. Dr. fez para melhorar estes números, pois todos temos responsabilidades sociais e temos de contribuir para o bem comum".

Quanto à intervenção do Deputado Sr. José Oliveira O Sr. Presidente da Câmara respondeu que concorda com o que referiu relativamente ao desemprego, realçando que o executivo faz o que lhe é possível para apoiar os empresários e as pessoas.

Relativamente às questões formuladas pelo Sr. Fernando Andrade esclareceu que, em relação à rede viária, mantém o que já disse no passado e que um dos seus objetivos para Mouronho é também resolver o problema da nova captação de água e a substituição da rede que se mostrar necessário.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que concerne às questões formuladas pela Sr.^a Dr.^a Maria do Rosário justificou as alterações no trânsito na sequência das obras e alterações dos espaços verificadas no mercado municipal e zona envolvente. E no que respeita à criação e fixação de empresas, "(...) *informou que recentemente deram entrada na Câmara três pedidos de novas empresas para se sediarem em Tábua, acrescentando ainda que a Sr.^a Deputada Municipal ao afirmar que Tábua sobrevive com uma "mono-empresa", demonstra claramente que não conhece o concelho, o grande número de empresas e empresários que temos nas mais diversas áreas, além do mobiliário, sofás, colchões, desde logo as confeções que empregam centenas de trabalhadores, as indústrias de panificação, alimentares e agro-alimentares, granitos, metalomecânica, produtos cerâmicos, empresas agrícolas e florestais, de prestação de serviços e empresários da restauração e bebidas, acrescentando a tudo isto as mais variadas instituições – entidades estas que criam emprego e riqueza no concelho, contribuindo todos de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos Tabuenses.*

E quanto às Aldeias do Xisto, informou que o projeto submetido na "Adxistur" não foi aprovado nos fundos comunitários, pelo que a câmara irá aguardar por uma outra oportunidade no novo quadro comunitário.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho respondeu que em relação a Mouronho mantém o que disse anteriormente. Acrescentou que a freguesia de Mouronho tem tido o apoio da Câmara com máquinas e equipamentos para arranjo dos caminhos florestais e agrícolas, assim como com pessoal e materiais dentro das possibilidades.

A terminar solicitou a inclusão de um ponto no II Período da Ordem do Dia, nomeadamente:

7 – REVISÃO ORÇAMENTAL

Esclareceu que este ponto tem como objetivo incluir no orçamento uma verba de oitenta e sete mil e quarenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, respeitante ao diferencial de IMI que estava orçamentado e ao valor que foi apurado pela administração fiscal, não tendo sido incluído na Ordem de Trabalhos, dado que aqueles Serviços só há dias publicitaram tal valor.

A Assembleia Municipal aceitou, por unanimidade a inclusão deste ponto.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: *“Relativamente ao conjunto de informações, proponho a retificação do documento anulando a repetição da página 4, relativa à “II Semana de Empreendedorismo / I Feira do emprego e Formação de Tábua”. As iniciativas MK Makinas – Associação de desportos / 7.ª maratona BTT Tábua MK Makinas / KTM e Tábua CUP são contabilizadas como atividades do município porque são subsidiadas? Não entendo, quer Sr. Presidente da Câmara dar uma resposta inequívoca? Ou tudo o que patrocina é atividade da Câmara Municipal de Tábua!”*

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, solicitou a correção da pág. 5, em relação à Festa do Corpo de deus, onde se diz que esta festa é a maior do mundo católico, realçando que tal não corresponde à verdade, sendo a maior festa do mundo católico a Páscoa e o Natal. Congratulou-se, ainda, pelas atividades realizadas. Terminou felicitando as duas jovens que obtiveram o 1º lugar no Concurso Ideias de Negócio, com o eco-canteiro.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, apelou ao apoio à pequena/média agricultura que também existe no concelho de Tábua.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, informou que o lapso irá ser corrigido. Em relação à questão colocada pelo Dr. João Canotilho, esclareceu que as referidas atividades têm o apoio da Câmara, mediante a cedência de equipamentos, pessoal, máquinas, embora a responsabilidade da organização dos eventos é das Associações. Ao Sr. José Oliveira respondeu que está de acordo com o próprio, salientando que houve uma iniciativa promovida pela DRAP Centro e pelo Ministério das Finanças e da Segurança Social no Centro Cultural, no passado 8 de Maio, onde, na sessão de abertura, teve a oportunidade de se manifestar contra as recentes medidas fiscais e da segurança social impostas pelo governo aos pequenos produtores e agricultores.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and date: 26 de Junho 2013

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: *"Sr. Presidente da Câmara, já consigo ver o valor da dívida, a curto prazo, reduzir (apenas 2.511.817,74 euros). Quero habituar-me ao valor zero."*

Dada a palavra à Dra. Maria do Rosário Fonseca, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, disse o seguinte *"Relativamente à situação financeira, o Sr. Presidente já fez aqui referência que o PAEL tinha sido recebido em setenta por cento da verba contratada. Resulta dos documentos que nos foram entregues que existe um saldo de cento e vinte e três mil euros, que prossuponho que seja todo das entidades que não apresentaram a documentação necessária ao recebimento. Gostava que me confirmasse que assim é e queria pedir a seguinte informação: referiu que a dívida atualmente está abaixo dos dois milhões, não é isso que nos é dado, pelo menos pelos números apresentados na documentação, não é isso que parece, tendo em conta que nestes cinco meses e meio entraram nos cofres da edilidade três milhões e seiscentos mil euros, dos quias um milhão setecentos e dez do PAEL, um milhão e cem mil do Crédito Agrícola e setentos e noventa e um mil euros da CGD, não consigo cruzar a informação, não me parece que seja assim, a dívida ainda se manterá acima. Gostaria de saber no momento de apresentação das contas qual era o montante da dívida a curto prazo e médio/longo prazo, a que entidades bancárias e quais os montantes dos empréstimos a essa data. Relativamente à despesa apresentada se nós visualizarmos a linha de aquisição de bens e serviços, se consideramos o valor faturado face ao cabimento, temos oitenta por cento, face à dotação temos setenta e cinco por cento, face a estes valores peço ao Sr. Presidente da Câmara que nos informe se para os mais de seis meses até ao final do ano, os cerca de vinte por cento de valores restantes se são o bastante para suprir as necessidades da Câmara nesse âmbito"*.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que o valor por ele indicado se refere ao curto prazo é à data de hoje e que o documento que foi entregue aos membros da Assembleia se reporta a dezassete de junho. Relativamente às contas, informou que todos documentos estão em anexo com as informações pretendidas. E quanto ao orçamento, referiu que o mesmo é para cumprir.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



Handwritten signature and initials

3 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TÁBUA EM CONFORMIDADE COM O N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO OPERADA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO / RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que sabendo que a proposta advém da lei aplicável, "(...) a CDU considera incorreto manterem as comissões de serviço e eventualmente as suas renovações, consideramos que devem sim privilegiar concursos de recrutamento a todos os níveis."

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que este assunto já veio à Assembleia Municipal e foi votado, assim como a Reunião de Câmara, e foi publicado em D.R., tendo o documento sido votado em ambas as reuniões na totalidade, no entanto, nas minutas não foi inscrita a informação na totalidade, pelo que é necessário retificar esta informação.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Tábua em conformidade com o n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto operada nos termos do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro / Retificação de Deliberação, dado conhecimento da necessidade de proceder à retificação da Deliberação n.º 643 da Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 17 de dezembro de 2012, devido a lapso na transcrição de todo o constante da proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 14 de dezembro de 2012, aprovada na referida Reunião de Câmara e Sessão ordinária da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012, documentos que se dão por reproduzidos, sobre Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Tábua, em conformidade com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, operada nos termos do decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E OITO;

VOTOS CONTRA: UM;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials, possibly "J. Neves" and "P. Costa".

ABSTENÇÕES: DUAS;

APROVADO POR MAIORIA dos membros, aprovar a retificação da deliberação n.º 643 da Ata da reunião ordinária de Câmara de 17 de dezembro de 2012, de acordo com o anteriormente informado, com efeitos retroativos à data da aprovação da referida Proposta.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

4 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Líderes dos Grupos Municipais para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: *"Para que não restem duvidas, o valor do contrato de manutenção do elevador instalado no edifício do centro cultural de Tábua (456,00 euros s/IVA) e o valor da prestação de serviços de programação de cinema para o Centro Cultural de Tábua (2.571, euros s/ IVA) são valores globais e não rendas mensais. Interpretei bem?"*

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que é o valor global do contrato.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

5 – PROPOSTA / PROTOCOLO – JUNTA DE FREGUESIA DE TÁBUA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and date: 26 de Junho

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: *“Vou iniciar este ponto com um conjunto de perguntas que me ocorreram: 1. Como membro da Assembleia Municipal, porque deva conhecer este protocolo se não conheço os restantes protocolos celebrados com as outras Juntas de Freguesia? 2. Como chega um documento “solto” à Assembleia Municipal de Tábua desprovido de cadernos de encargos, de propostas de custos? É só para conhecimento – remessa da Reunião de Câmara? 3. O protocolo é mensal e de 2.500 euros. Porque não é só de 500 euros, 2.000 ou até de 5.000 ou 10.000 euros? 4. Se a Junta de Freguesia de Tábua dispõe de equipamento técnico e pessoal com formação para a prestação das atividades porque não executou? Não é uma competência sua? Se não, a Câmara pode delegar. 5. Porque o período do contrato é de 01 de Maio até 31 de Dezembro de 2013? Depois morrem as flores? 6. Porque escolheu Senhor Presidente este período que coincide com a pré-campanha eleitoral e com as eleições autárquicas? Não era de evitar esta minha pergunta? 7. Se procura sustentabilidade económico-financeira qual a metodologia para definição de preços e fixação de objetivos? Em conclusão, é uma iniciativa avulsa, desprovida de indicadores económico-financeiros que sustentem a proposta, e inoportuna por lembrar velhos hábitos que não encontram forma de partir. Por tudo o que invoquei, voto contra.”*

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, questionou se este protocolo não implica a discriminação das outras Juntas de Freguesia.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que este protocolo existe pela falta de pessoal da Câmara Municipal que, segundo dados da DGAL, em relação a 2011 tem menos 45 funcionários. A junta de freguesia de Tabua tem uma empresa de inserção que tem pessoal qualificado na área da jardinagem. Quanto ao valor dos dois mil e quinhentos euros, foi encontrado tendo em conta o valor aproximado para as responsabilidades que irão ser assumidas pela Junta de Freguesia.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Proposta / Protocolo – Junta de Freguesia de Tábua, mediante a presença de uma Proposta, datada de 24 de abril de 2013, do Senhor Presidente da Câmara, acompanhada da Deliberação nº 168 da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 20 de abril de p.p., documentos que se dão por reproduzidos, propondo a celebração de um Protocolo com a Junta de Freguesia de Tábua, que tem como objetivo a limpeza, implementação e renovação de alguns espaços verdes da Vila de Tábua, de 1 de maio até



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

31 de dezembro, no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), tendo em consideração que a referida junta dispõe de equipamento técnico e pessoal.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E SEIS;

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: TRÊS;

APROVADO POR MAIORIA dos membros, concordar com a celebração do mencionado Protocolo com a Junta de Freguesia de Tábua, para os fins referidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, fez uma Declaração de Voto a favor, pois é uma forma de dar trabalho às pessoas.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

6 – PROPOSTA DE LEI N.º 122/XII, QUE ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS / DECLARAÇÃO DA ANMP / SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO PELOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Líderes dos Grupos Municipais para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Líder do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez a intervenção que se transcreve na íntegra: *“Bem sei que este ponto é apenas para conhecimento, mas gostaria de formular uma pergunta: na estrutura da receita Global do Município de Tábua qual a percentagem que o IMT (Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis) representa? 2, 3, ou 15, 20 %?”*

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que *“(…) enquadrado no plano mais vasto de centralização do poder na esfera governamental, na destruição da participação democrática das populações, nas políticas de proximidade de que também é exemplo a extinção das freguesias, esta proposta da nova lei de*



financiamento do poder local, rejeitada pela Associação de Municípios e pela ANAFRE reduz ainda mais a partilha dos recursos públicos nas autarquias, e ameaça-as com mais ataques e exigências, por isso a CDU considera, para além da subscrição deste documento, é necessário combater estas políticas, envolvendo as populações na defesa do poder local democrático, só esta luta poderá combater este plano de terrorismo aplicado às autarquias.”

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que neste momento, o IMI, não atinge um, vírgula, cinco por cento, deve rondar os 140 mil euros anuais. Quanto ao documento, acrescentou que é um documento muito importante, frisando que o montante da dívida total dos municípios são seis mil seiscientos e nove milhões de euros e que representam apenas dois por cento, da dívida pública, a restante percentagem é da responsabilidade do Estado. Quanto à receita, os municípios têm oito, vírgula, nove por cento da receita do orçamento de estado e continuam a fazer cerca de quarenta por cento da obra pública do país e que foram as únicas Entidades que em 2012 cumpriram a Lei dos Compromissos.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

7 – REVISÃO ORÇAMENTAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que este ponto é a boa notícia do dia, pois significa que houve mais dinheiro a colocar no orçamento, no entanto, considera continuar a haver uma injustiça, pois considera que se devia aplicar o imposto da derrama.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que a quantia referida é o que consta no documento oficial das finanças em relação ao valor do IMI, salientando que não foi a Câmara que fez as avaliações e está a aplicar as taxas mínimas.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Revisão Orçamental, mediante a presença do Despacho de Revisão Orçamental n.º 02/2013, datado de 24 de junho de 2013, do Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, e respetivos quadros anexos, Modificação ao Orçamento – Receita e Despesa - Revisão n.º 2 e Modificações às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e AMR) – Revisão n.º 2, documentos que se dão por reproduzidos, referindo a necessidade de proceder à modificação/revisão do orçamento ajustando-o em conformidade com a realidade, conforme mencionado nos documentos presentes e acima citados.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, autorizar a presente Revisão Orçamental, nos moldes e considerações descritas nos documentos apresentados, para os devidos efeitos legais tidos por convenientes.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia)

O Primeiro Secretário:

(Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)